



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização
Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para professores do
Sistema Prisional

Darley Souza Alves

**AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DOS ALUNOS DA EJA DO PRIMEIRO
SEGMENTO: ESTUDO DE CASO - CENTRO EDUCACIONAL CARDEAL ALOÍSIO
LORSCHIEDER**

**FORTALEZA - CE
2013**

DARLEY SOUZA ALVES

**AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DOS ALUNOS DA EJA DO PRIMEIRO
SEGMENTO: ESTUDO DE CASO - CENTRO EDUCACIONAL CARDEAL ALOÍSIO
LORSCHIEDER**

Monografia apresentada como requisito para certificação do
Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos
para professores do Sistema Prisional.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria José Barbosa.

**FORTALEZA - CE
2013**

As dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização e letramento dos alunos da EJA do primeiro segmento: Estudo de caso – Centro Educacional Cardeal Aloisio Lorscheider.

Darley Souza Alves

Monografia elaborada como parte dos requisitos à obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC, bem como na biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização (EGPR/SEJUS). A citação de qualquer parte ou trecho deste texto só será permitida desde que feita em conformidade com as normas da ética científica.

Aprovada em ___/___/_____

Prof. Dr^a Maria José Barbosa
Orientadora

Darley Souza Alves
Orientando

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola
Coordenador do Curso

Prof^a Dr^a Maria José Barbosa
Coordenadora Pedagógica

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pois foi graças a ele que consegui alcançar mais um objetivo dentre tantos outros.

A minha família, em especial aos meus filhos.

Aos meus amigos pela força que me foi dada e em especial as minhas amigas Adriana Cardoso e Renata Glicia Férrer, exemplo de competência e bondade, que sempre me apoiaram nos momentos de adversidades.

Aos entrevistados da pesquisa que me concederam as entrevistas, aceitando participar do trabalho em prol do conhecimento científico.

A todos os professores que fizeram parte da construção do meu conhecimento e, em especial, ao professor Prof^a. Dr. Maria José Barbosa minha orientadora pela sua atenção e dedicação, que me ajudaram a ampliar os conhecimentos, numa perspectiva holística, contribuindo de forma significativa para o desempenho da minha pesquisa e o crescimento pessoal e profissional.

A toda família CECAL, pelo carinho, compreensão e respeito que tenho conquistado.

CRESCER É...

Ser cada dia um pouco mais nós mesmos...
Dar espontaneamente sem cobrar inconscientemente...
Aprender a ser feliz de dentro pra fora...
Buscar no próximo um meio de nos prolongarmos...
Sentir a vida na natureza...
Entender a morte como natural da vida...
Conseguir a calma na hora do caos...
Ter sempre uma arma para lutar e uma razão para ir em frente...
Saber a hora exata de parar e buscar um algo novo...
Não devanear sobre o passado, mas trabalhar em cima dele para o futuro...
Reconhecer nossos erros e valorizar nossas virtudes...
Conseguir a liberdade com equilíbrio para não sermos libertinos...
Exigir dos outros, apenas o que nós damos a eles...
Realizar sempre algo edificante...
Ser responsável por nossos atos e por suas consequências...
Entender que temos o espaço de uma vida inteira para crescer...
Nos amarmos para que possamos amar os outros como nós mesmos...
Assumir que nunca seremos grandes, mas que o importante é estar sempre em
crescimento.

(Autor desconhecido)

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito apresentar as características e especificidade que interferem no processo de aprendizagem de alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos – EJA do primeiro segmento dos jovens que cumprem medidas socioeducativas. Visto que muitos adolescentes chegam aos centros sem saber assinar o próprio nome ou que o fazem com grande dificuldade dentro desse contexto é suma relevância mostramos a realidade dos mesmos e acreditando no processo de ressocialização pela educação. Ressaltando que toda dificuldade de aprendizagem é superável, basta que se crie no educando a expectativa de sucesso, compreensão, se desenvolva sua auto-estima e, principalmente se aprenda com ele – é preciso descobrir de que maneira ele pode aprender e depois ajudá-lo para que construa seu conhecimento. O lócus da pesquisa de campo foi o Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider. Os sujeitos da pesquisa foram os próprios adolescentes e seus professores. O estudo teve início com uma pesquisa bibliográfica, para ampliar o conhecimento teórico e depois uma pesquisa de campo para relacionar teoria e prática. Os instrumentos de coleta foram a observação participante e aplicação de um questionário para colher informações sobre a prática e a vida dos educadores. Após a coleta foi realizada uma reflexão interpretativa dos dados, a partir do diálogo entre estes e o referencial teórico estudado, sendo organizado em um trabalho monográfico, composto de três capítulos. O primeiro apresenta o adolescente, o ato infracional, o aparato legal e as medidas socioeducativas. O segundo apresenta o cenário da EJA nas medidas socioeducativas e a alfabetização e letramento trazendo concepções e métodos. O terceiro O terceiro capítulo faz a caracterização da pesquisa e análise dos resultados encontrados. E por fim as considerações finais.

Palavras-chave: Adolescente, EJA, Alfabetização e letramento.

ABSTRACT

This paper aims to present the characteristics and specificity that interfere with the learning process of literacy and literacy in Youth and Adults - EJA of the first segment of young people who meet educational measures. Since many teenagers come to the centers without knowing sign their name or do so with great difficulty in this context is paramount relevance show the reality of ourselves and believing in the process of rehabilitation by education. Emphasizing that all learning difficulty is surmountable, just that you create in educating the expectation of success, understanding, develop their self-esteem and mostly learn from it - we need to figure out how he can learn and then help you to that builds your knowledge. The locus of the field research was the Educational Center Dom Aloisio Lorscheider. The research subjects were adolescents themselves and their teachers. The study began with a literature search to broaden the theoretical knowledge and then a field study to link theory and practice. The data collection instruments were participant observation and a questionnaire to gather information about the practice and the lives of educators. After collection was performed interpretive reflection data from the dialogue between them and the theoretical study and is organized in a monograph, consisting of three chapters. The first presents the teenager, the offense, the legal apparatus and educational measures. The second presents the scenario of EJA in literacy and educational measures and bringing literacy concepts and methods. The third The third chapter is the characterization and analysis of the survey results. And finally the concluding remarks.

Keywords: Adolescent, Adult Education, Literacy and literacy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CECAL – Centro Educacional Cardeal Aloísio Lordscheider

CF – Constituição Federal

CONANDA - Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente

CP – Código Penal

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

PIA - Plano Individual de Atendimento

SEDUC – Secretaria de Educação

SINASE – Sistema Nacional das Medidas socioeducativas

STDS - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento

SPDCA - Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	9
2.	ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E PRESSUPO.....	12
2.1	ELEMENTOS CONCEITUAIS SOBRE ADOLESCÊNCIA.....	12
2.2	O ATO INFRACIONAL NA ADOLESCÊNCIA.....	16
2.3	APARATO LEGAL E CONCEITUAL: ECA E SINASE.....	18
2.4	MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: CARACTERIZAÇÃO, LIMITES E POSSIBILIDADES.....	22
3.	APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	26
3.1	CONCEITO DE APRENDIZAGEM SOB UMA ABORDAGEM PSICOLÓGICA... ..	26
3.2	A EJA NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	30
3.3	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO " CONCEPÇÕES E MÉTODOS.....	35
4	A PESQUISA SOB AS CONCEPÇÕES DOS SUJEITOS: ESTUDO DE CASO..	39
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E DO CAMPO INVESTIGATIVO.....	39
4.2	A ANÁLISE DOS SUJEITOS INVESTIGADOS.....	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
	ANEXOS.....	57
	ANEXO 1: Entrevista com adolescentes.....	58
	ANEXO 2: Entrevista com professores.....	59
	ANEXO 3: Fotos.....	60

1. INTRODUÇÃO

Muitos jovens chegam aos centros de medidas socioeducativas sem saber ler e escrever, ou, o fazem com muita dificuldade. Ao passar pelo atendimento pedagógico são avaliados e diagnosticados quanto ao seu nível de aprendizagem. O alto índice de analfabetos nos fez buscar respostas quanto a essa realidade, pois estes jovens passam a ser responsabilidade do centro que é responsável também pela sua ressocialização, porém muitos deles saem do sistema ainda não alfabetizados.

Desta forma é de suma importância que este jovem seja alfabetizado e letrado para ser reinserido na sociedade garantindo-lhe meios que possibilitem, por exemplo, sua entrada no mercado de trabalho.

Esta pesquisa trata das dificuldades de aprendizagem na alfabetização dos alunos da Educação de Jovens e Adultos do primeiro segmento do Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider – CECAL.

Bem sabemos que não ser alfabetizado na idade certa traz em si vários entraves sociais dentre eles o estigma, assim quanto mais idade tem a pessoa mais complicado vai ficando o seu processo de aprendizagem, seja por dificuldades cognitivas ou por vergonha, pois essas pessoas em sua grande maioria são rotuladas e expostas a situações constrangedoras.

Pensando a esse respeito é de grande relevância refletir sobre as exigências curriculares a serem cumpridas, que não leva em conta a realidade dos socioeducandos que estão nas medidas socioeducativas, dessa forma não contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e nem atendendo às suas necessidades emergenciais.

Neste sentido o presente trabalho configura questionamentos a respeito do processo de aprendizagem, de alfabetização, das dificuldades encontradas por professores e alunos do sistema socioeducativo, visando compreender e detectar as falhas, tomando este como desafio a fim de somar na indicação dos caminhos para o enfrentamento do problema.

No entanto, educar formalmente um adolescente em ambiente fechado é difícil, pois educação pressupõe liberdade. Esta situação cria um quadro de dificuldades específicas que se apresenta: muitas vezes o adolescente não tem

um tempo de permanência suficiente na instituição para conclusão de um ciclo educacional, ainda mais sendo o conteúdo estruturado nos livros didáticos e as atividades que se aplicam normalmente fora do contexto dos socioeducandos.

É possível perceber que as experiências são processos históricos e sociais dinâmicos: estão em constante movimento e mudança. Essas experiências são processos complexos: intervêm numa série de fatores objetivos e subjetivos que estão interligados: condições do contexto, ações dos diferentes atores e as relações que são criadas, as percepções, interpretações, intuições e emoções das pessoas intervenientes, as suas diferentes relações, etc.

Tentar apropriar-se criticamente das experiências vividas é dar conta delas, compartilhando com outras pessoas o que foi aprendido. Isto implica registrar os acontecimentos e posteriormente ordenar e reconstruir o processo vivido, para poder realizar uma interpretação crítica dele, extrair aprendizagens e partilhá-las. Em relação à formação do ser Freire (2005 p.20) nos fala: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: Os homens se libertam em comunhão”. Uma das tarefas de quem educa é contribuir com a formação das pessoas de forma que estas se reconheçam como corresponsáveis tornando o processo significativo para os mesmos.

Dialogamos sobre concepções que envolvem aprendizagem e as dificuldades no processo educativo no que diz respeito à alfabetização anunciadas pelos autores referidos no trabalho aqui desenvolvido, tais como Soares (2004), Vigotsky (2005), Freire (1996) apoiando-se também sobre o Sistema Nacional Socioeducativo - SINASE 2006 e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) a fim de melhor compreender o jovem/adolescente nas suas especificidades.

Apresentamos a importância de efetivar a educação como um direito, como uma das possibilidades de melhoria de vida do adolescente privado de liberdade e, principalmente, de construir perspectivas a longo e médio prazos, ou seja, quando cumprirem a sua medida socioeducativa e retornarem ao convívio social.

Na pesquisa realizada para o desenvolvimento da presente monografia orientei-me pelo seguinte objetivo geral: Apresentar as dificuldades no processo de alfabetização e letramento dos jovens privados de liberdade

desenvolvida no Centro Educacional Dom Aloísio Lorscheider – Cecal, para a ressocialização dos jovens, a partir da ótica dos socioeducandos.

Tivemos como **objetivos específicos**:

- 1) Conceituar através de pressupostos teóricos: adolescência; o ato infracional; as medidas socioeducativas
- 2) Apresentar a dinâmica da EJA desenvolvida no cotidiano, e seus métodos. .
- 3) Compreender as visões dos alunos sobre seu processo de alfabetização, mapeando dificuldades, desafios e perspectivas de futuro.

A pesquisa foi realizada no período de 10 de julho a 10 de outubro, seguindo duas etapas complementares: a primeira, onde o projeto de pesquisa se utiliza da revisão de literatura. A segunda, que correspondeu ao trabalho de campo, em que foram realizadas as seguintes atividades: observações participantes; análise documental para elaboração do diagnóstico da instituição; entrevistas com os professores da EJA, focando as ideias e crenças que eles têm sobre o papel da EJA na sua ressocialização. Na entrevista problematizei a proposta curricular, indagando sobre as dificuldades de aprendizagem na alfabetização socioeducandos e os desafios enfrentados por eles.

2. ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E PRESSUPOSTOS.

*“A educação é a mais poderosa arma
pela qual se pode mudar o mundo.”
(Nelson Mandela).*

A adolescência é um período caracterizado por muitas mudanças na personalidade e no caráter, haja vista que é neste momento que o jovem mais apreende e incorpora informações. Todavia, é também nesta fase da vida que o ser humano está mais sujeito a influências, positivas e negativas, razão pela qual pode gerar uma proximidade do mesmo com o ato infracional.

Quando o menor ou jovem pratica uma conduta ilícita do ponto de vista penal, a chamada infração estará sujeito às sanções previstas em lei, no caso, diversas são as medidas que podem ser aplicadas visando educá-lo e puni-lo. A medida socioeducativa de internação é a mais severa das medidas previstas, tem caráter pedagógico e visa sua reinserção na sociedade, mas não deixa de ter, também, caráter punitivo. Neste capítulo conceituaremos adolescência e explanaremos características do ato infracional e as medidas socioeducativas.

2.1 Elementos conceituais sobre adolescência

Não podemos falar de adolescentes sem antes definirmos adolescência a partir de pontos específicos, como faixa etária, período de vida, contingente populacional ou geração. Todos esses pontos de partida se agregam de algum modo, ao ciclo biológico entre a infância e a fase adulta de um indivíduo, considerando a correspondência com a faixa de idade, ainda que os limites etários não sejam definidos rigorosamente.

A adolescência pode ser dividida em fases, buscando assim uma melhor explicação sobre a avalanche de mudanças orgânicas e psicológicas dos adolescentes, como também sobre o que estes esperam, desejam em suas vidas. Nesse sentido, coadunam Griffa e Moreno (2001 apud JOST, 2006, p. 59-60):

As fases da adolescência podem ser divididas em adolescência inicial ou baixa adolescência, que inclui a puberdade, ocorrendo nas meninas entre os 11 e 12 anos e nos meninos entre os 12 e 13. Essa fase é caracterizada pela transformação brusca do corpo infantil, com o aparecimento dos caracteres sexuais primários e secundários, provocando a necessidade de uma reestruturação do esquema corporal e a conquista da identidade; a adolescência propriamente dita ou média, período que ocorre entre os 12-13 e os 16 anos, é o estágio no qual se constrói a identidade sexual definitiva e se desenvolve a identidade pessoal. Esse período é caracterizado pelo distanciamento afetivo da família, pela busca de independência e pela forte valorização do grupo formado por seus pares, o que leva à procura de conformização com as normas, os costumes e a 'ideologia' desse grupo, trazendo em seu bojo, muitas vezes, uma rebeldia aos valores estabelecidos pelos pais ou pela sociedade, num conflito entre a independência desejada e a dependência ainda não rompida.

No entanto, apesar das ambivalências, confusões e contradições, características desse período, é ele também o momento de despertar da busca do sentido da vida, da descoberta de valores e da preocupação ética; por fim, a adolescência final ou alta adolescência, delimitação que varia de acordo com os critérios adotados, mas que normalmente é atingida entre os 16 e 18 anos, coincidindo com a inserção no mundo do trabalho, com a responsabilidade legal, a conquista da independência dos pais, o período da escolha e decisão profissional e, principalmente, com a aptidão de estabelecer vínculos de intimidade. É um período em que o adolescente já conhece suas possibilidades e limitações, favorecendo a aquisição de uma consciência de responsabilidade com o próprio futuro.

Por tanto a adolescência pode ser caracterizada por uma fase de transição entre infância e maturidade. Este processo como bem explicitaram Griffa e Moreno é marcado por contradições e grandes mudanças, físicas e psicológicas já que as transformações nesse período são marcantes, neste momento o jovem não quer ser compreendido ele quer se compreender, também neste momento as emoções são vividas com muita intensidade, por vezes com desejos contraditórios. O universo está a ampliar-se. Fazer perguntas e discutir ideias é o início da busca de sua verdade.

É possível perceber que em nenhuma outra fase da vida há uma variação tão grande entre pessoas da mesma idade como na adolescência. Essa situação é ainda mais conflitante porque o desenvolvimento físico, o social e o cognitivo não andam necessariamente juntos. O meio-ambiente

também interfere nesse processo, no entanto, reage de forma diferente, de acordo com o desenvolvimento da pessoa que pode ser mais lento ou mais acelerado. Essa reação influencia o desenvolvimento social e psicológico dos adolescentes de maneira marcante.

Dessa forma adolescentes com desenvolvimento lento tendem a ser emocionalmente menos estáveis e menos satisfeitos; tendem a ter uma autoimagem mais negativa, a ser menos responsáveis e mais inseguros. Já os adolescentes com desenvolvimento acelerado têm um maior risco de terem problemas com drogas e com o comportamento social, provavelmente por terem acesso mais cedo a grupos mais velhos.

Assim considerando a adolescência como uma moratória social Calligaris (2000) a define: “como sendo por si só causadora de crises e inquietações”. Estas repercussões são ainda mais acentuadas em relação aos adolescentes de periferia, podendo este ser um fator que possa vir a facilitar o ato infracional.

Os fatores que levam um adolescente a se tornar infrator são muitas vezes, complexos e variados, ficando por vezes difícil de diagnosticar as causas. Sabemos que existem fatores internos e externos são eles os chamados fatores intrínsecos – biológicos, genéticos, psicológicos e emocionais e os fatores extrínsecos – a família, os amigos, a televisão, a escola, os grupos sociais e a comunidade em que vivem, interferindo na formação do adolescente podendo ou não produzir danos individuais e, por conseguinte a sociedade, se ocorrer alguma falha durante o processo de amadurecimento do adolescente.

Podemos citar como exemplo de fator intrínseco o momento em que a criança é gerada no ventre de sua mãe, onde os fatores biológicos, genéticos, psicológicos e emocionais se entrelaçam e dizem muito da pessoa que aquele feto virá a ser. Assim para simplificarmos (Fraser, 2001 p. 23) explica que:

Quando a criança não recebe amor, contudo, ela canaliza toda a sua agressividade para o mundo exterior, pois não há o medo da perda de um amor que nunca recebera, ou seja, não há nada que a faça pensar em recuar, em inibir suas más tendências. Não se sente culpada e se torna agressiva, hostil, desobediente se tornando delinquente na juventude,

desrespeitando as regras sociais, sentindo raiva da sociedade que não lhe deu amor.

Os fatores extrínsecos podem, por exemplo, basear-se nos modelos televisivos à medida que se tornam atraentes e exercem toda a sua influência na formação da identidade do adolescente. Vendo os rostos felizes e saudáveis dos atores, das atrizes de filmes e novelas, passa a introjetar o conteúdo que vê em seus comportamentos fabricados, acreditando tornar-se feliz “como eles” aparentam ser. Tornam-se sensuais, agressivos, tal qual os modelos que lhes são apresentados, por falta de propostas melhores e convincentes, assumindo uma identidade que é aceita pelos outros jovens, igualmente influenciados pela mídia.

É possível perceber a influência dos fatores citados a pouco como a televisão e outras mídias que exercem verdadeiro poder sobre o comportamento do adolescente, assim como a ausência da família, fatores sociais e econômicos e ciclos de amizades, pois contribuem para a formação de valores que são interiorizados e à posteriori projetados na sociedade.

Segundo Diógenes (1998) a juventude é o segmento que mais agrega as tensões sociais como também as exterioriza, é colocada como centro dos conflitos sociais. Por isso, os adolescentes são considerados, segundo o senso comum, a categoria de pessoas que mais cria problemas na sociedade. Em algumas sociedades são encarados como uma ameaça cada vez mais explícita e ostensiva a ordem social.

Ainda conforme Volpi (2006) “o adolescente é concebido como uma pessoa que está em desenvolvimento que possuem direitos e são destinatários de uma proteção integral”, porém não é o que vemos na maioria das vezes em nossa sociedade.

Para Calligaris nesta fase (2000 p. 15):

(...) há um sujeito capaz, instruído e treinado por mil caminhos, pela escola, pelos pais, pela mídia – para adotar os ideais da comunidade. Ele se torna adolescente quando, apesar de seu corpo e seu espírito estarem prontos para a competição, não é reconhecido como adulto. Aprende que, por volta de mais dez anos, ficará sob a tutela dos adultos, preparando-se para o sexo, o amor e o trabalho, sem produzir, ganhar ou amar, ou então produzindo, ganhando e amando, só que marginalmente.

A adolescência é como um fenômeno novo, quase especificamente contemporâneo, cuja emergência se dá também na modernidade, tornando-se neste contexto mais uma idade da mudança fisiológica produzida pela puberdade, tratando-se de transformação substancial no corpo do (a) jovem, que adquirirão as funções e os atributos de um corpo adulto.

Para a sociedade moderna ocidental esse período, pode ser definido de forma genérica, onde são marcadas pelas mudanças físicas de maturação das funções fisiológicas associadas à capacidade reprodutora, transformações intelectuais, comportamentais e emocionais e conclui, aproximadamente, quando se dá a inserção do indivíduo na fase adulta. Alguns acontecimentos são considerados como marcos do fim da adolescência: término dos estudos, autossustentação por meio do próprio trabalho, saída da casa dos pais e conseqüente fixação de moradia própria pela qual se torna responsável ou corresponsável, casamento, filhos, ou seja, o indivíduo estar apto a produzir bens pelo trabalho e reproduzir a vida pela procriação, assumindo as responsabilidades pela manutenção e condução de sua individualidade.

No entanto, a duração da adolescência varia de pessoa para pessoa e de acordo com a sociedade e a época considerada, visto que a sociedade é dinâmica e, assim também, os fatores que determinam a fase adolescente e a fase adulta.

Na sociedade moderna, esse período pode ocupar intervalos de tempo e ritmos bastante diferentes de acordo com os contextos sociais e também com a trajetória sociocultural de cada indivíduo. Mais ainda, estas condições que assinalam o término da juventude podem ser relativizadas e, isoladamente, não bastam para caracterizar um ou outro estágio da vida. A inexistência de uniformidade deste processo é um sinal que caracteriza a condição do adolescente.

Na sociedade atual, na era da informação, a adolescência se reveste de conteúdos muito singulares e de grande intensidade social.

Quanto à legislação, em termos de faixa etária, criança e adolescente são definidos na Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

2.2 O Ato Infracional na Adolescência

A Lei Nº 8.069 de 13.07.1990 – Estatuto da Criança e Adolescente estabelece as diretrizes para a responsabilização do adolescente infrator. Os menores de 18 anos são considerados penalmente inimputáveis, segundo o Art. 228 da Constituição Federal de 1988 e o Art. 27 do Código Penal. A questão da penalização torna-se complexa, pois adiciona muitas variáveis que intervêm na abordagem desse tema. A reflexão sócio-jurídica sobre adolescência e adolescente infrator torna-se inevitável.

Para a contextualização da problemática é importante mostrar o panorama de desenvolvimento do adolescente. Diversos fatores, intrínsecos e extrínsecos, contribuem para a formação do adolescente. Os fatores que podem determinar a prática de ato infracional cometidos pelo adolescente devem ser estudados e refletidos pelos membros da sociedade que têm a designação de cuidar desses assuntos.

Dentre as atribuições da sociedade pode-se abordar o histórico jurídico da infância e da adolescência, as leis anteriores que culminaram na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente o qual citamos no início deste tópico, a aplicação e avaliação desse Estatuto e a promoção das garantias institucionais abordadas, que antes não se tinha em leis anteriores.

Atualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é que regulamenta as infrações cometidas por adolescentes menores de dezoito anos.

O alto índice de violência, com destaque para os casos perpetrados por crianças e adolescentes, produz na sociedade natural temor e provoca incontáveis questionamentos em relação à responsabilidade dos jovens envolvidos.

A mídia tem veiculado com frequência o aumento de casos envolvendo menores, no que se refere à prática de atos infracionais, o tema abre ampla discussão. São publicados estudos propondo estratégias de como lidar com o problema. Alguns defendem a punição como solução de curto-prazo, outros priorizam a prevenção pela educação, assistência, alimento e trabalho. Ao revisar os estudos inovadores no campo da redução da violência juvenil nas Américas, Mcalister (1998) conclui.

que esta pode ser alcançada, em longo prazo, através da educação e da comunicação dirigidas à mudança de atitudes e ao desenvolvimento de habilidades, com as seguintes estratégias: (1) educação e terapia direcionados aos pais para melhorar as suas práticas na criação dos filhos; (2) educação e programas centrados nas escolas visando alterar os fatores ambientais (redução da disponibilidade de armas de fogo e outras; aumento da disponibilidade de reações não violentas; redução das desigualdades na qualidade de vida; modificar as conseqüências, de modo a punir a violência e premiar a não-violência); (3) programas comunitários que incluam escolas, meios de comunicação, organizações comunitárias e outros foros, num esforço para mudar atitudes, desenvolver habilidades e promover mudanças nas políticas sociais e nos ambientes. (MCALISTER, 1988, p.20).

De acordo com Silveira (2001) a questão da violência na adolescência não deve ser analisada isoladamente.

É necessário entender o contexto social, cultural, político e econômico em que está inserido o adolescente e como esse contexto irá influenciar nas características psicológicas do jovem e na construção de sua identidade pessoal.

O adolescente contesta, rebela-se e desencadeia verdadeiras lutas, quando está em busca de suas necessidades, desejos, conquistas e realizações. No desenvolvimento dessas lutas surge a delinquência juvenil, que o estigmatiza perante a sociedade como uma das “pragas sociais” de nossa época. Colocando, portanto, a delinquência dos adolescentes mais associada à questão do problema social do que à questão legal.

Nesse contexto é preciso discutir também sobre maturidade emocional, pois quando o adolescente possui esta maturidade ele irá aprender a lidar com as reações, com as pressões externas. É fundamental também que ele tenha

maturidade social, pois é a partir dela que o jovem irá criar os valores relacionamento “convivência” com pessoas diferentes.

É importante pesquisar, analisar, promover um processo de reflexão envolvendo todos os responsáveis, verificar limites e possibilidades à frente, para que a aplicação de uma medida socioeducativa seja a última alternativa. O foco deve ser melhorar a qualidade de vida, prioritariamente das comunidades mais carentes, visando propiciar ao adolescente membro, melhor integração e maior desenvolvimento pessoal.

2.3. Aparato legal e conceitual: ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, contrapõe-se historicamente a um passado de controle e de exclusão social sustentado na Doutrina da Proteção Integral. O ECA expressa direitos da população infanto-juvenil brasileira. Gonçalves (2001) defende que o ECA.

Afirma o valor intrínseco da criança e do adolescente como ser humano, a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento, o valor prospectivo da infância e da adolescência como portadora de continuidade de seu povo e o reconhecimento da sua vulnerabilidade (GONÇALVES, 2001, p. 8).

A vulnerabilidade sócio-emocional em que se encontram as tornam merecedores de proteção por parte da família, da sociedade e do Estado; devendo o Estado atuar mediante políticas públicas e sociais na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

O ECA promoveu mudanças significativas, de referenciais e paradigmas, no trato da questão infracional do adolescente. No âmbito legal, essa evolução representou uma opção pela inclusão social do adolescente infrator.

Considerando a possibilidade de atuação social do Estado no caso infracional, relegando a segundo plano, mas não excluindo, a intervenção e punição.

Embora o ECA apresente significativas mudanças e conquistas em seu conteúdo, método e gestão, permanecem no plano jurídico e político-conceitual, não atingindo ainda os destinatários em suas mais importantes demandas psicossociais.

A fim de concretizar avanços na legislação e contribuir para a concreta cidadania dos adolescentes em conflito com a lei, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) garante:

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, responsável por deliberar sobre a política de atenção à infância e à adolescência, pautado sempre no princípio da democracia participativa, tem buscado cumprir seu papel normatizador e articulador, ampliando os debates e sua agenda para envolver efetiva e diretamente os demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos. (SINASE, 2006, p.13)

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE constitui política pública com o objetivo de incluir socialmente o adolescente em conflito com a lei. Objetiva ainda interligar-se às iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais do Estado. Segundo afirmação do próprio SINASE

A implementação do SINASE objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos. Persegue, ainda, a ideia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturado, principalmente, em bases éticas e pedagógicas. (SINASE, 2006, p. 16)

O SINASE estabelece diretrizes e normas sobre os procedimentos jurídicos envolvendo crianças e adolescentes. Essas normas abrangem desde a apuração do ato infracional até a aplicação das medidas socioeducativas. Entre as normas previstas está a exigência de que cada unidade de atendimento em regime fechado, que aplica medidas socioeducativas de privação de liberdade, atenda, no máximo, a 90 adolescentes por vez. Os quartos devem ser ocupados por até três jovens. Também está previsto o padrão de arquitetura das unidades. Esta deverá priorizar as construções

horizontais em detrimento das verticais, e espaços abertos para atividade física. Serviços de educação, saúde, lazer, cultura, esporte e profissionalização são destaques no SINASE. O projeto detalha ainda as responsabilidades do governo nas esferas federal, estadual e municipal. Em relação à aplicação das medidas socioeducativas e a re/inserção social dos adolescentes em conflito com a lei, outra exigência, por exemplo, é que os municípios com mais de 100 mil habitantes elaborem, e ponham em prática, planos para o cumprimento de medidas socioeducativas em espaço aberto, como a prestação de serviços comunitários. Municípios menores poderão fazer consórcios entre si e elaborar planos regionais conjuntos.

O primeiro capítulo do documento que implanta o SINASE corresponde a uma breve análise das realidades da adolescência, com foco no adolescente em conflito com a lei, e das medidas socioeducativas no Brasil, com destaque para as medidas privativas de liberdade. O segundo capítulo trata da conceituação e integração das políticas públicas. O terceiro capítulo trata dos princípios e marco legal do SINASE. O quarto capítulo descreve a organização do Sistema. O quinto capítulo trata da gestão dos programas. O sexto capítulo apresenta os parâmetros da gestão pedagógica no atendimento socioeducativo. O sétimo capítulo trata dos parâmetros arquitetônicos para os programas socioeducativos. O oitavo capítulo trata da gestão do sistema e financiamento, e o capítulo nove trata do monitoramento e avaliação.

O SINASE visa avançar na discussão sobre o tema do adolescente infrator e, principalmente, busca efetivação de uma política que contemple os direitos humanos. Busca ainda transformar a complexa realidade atual em oportunidade de avanço social. O SINASE se comunica com, e sofre interferência dos demais subsistemas internos ao Sistema de Garantia de Direitos (SGD),¹ tais como Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça e Segurança Pública. Por estar inserido no SGD, deve servir, também, como fonte de produção de dados e informações que favoreçam a construção e o desenvolvimento de novos planos, políticas públicas, programas e ações para

¹ O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal. (Resoluções N.º 113 e 117 de 2006 do Conanda).

a garantia dos direitos de todas as crianças e adolescentes, reduzindo a vulnerabilidade e a exclusão social a que muitos estão expostos.

A situação do adolescente em conflito com a lei não restringe a aplicação do princípio constitucional de prioridade governamental, de modo que compete ao Estado, à sociedade e à família dedicar atenção e cuidado a esse público, principalmente àqueles que se encontram em condição de risco ou de vulnerabilidade pessoal e social.

Assim, de acordo com o SINASE, todos os direitos garantidos pelo ECA, ou seja, o direito à vida e à saúde (Título II, Capítulo I); o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade (Capítulo II); o direito à convivência familiar e comunitária (Capítulo III); o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer (Capítulo IV) e o direito à profissionalização e proteção no trabalho (Capítulo V), devem estar contemplados na elaboração das políticas públicas que envolvem os adolescentes em conflito com a lei.

O SINASE é custeado com recursos do orçamento da Seguridade Social, além de outras fontes, na forma do Artigo 195 da Constituição Federal, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das demais contribuições sociais previstas na legislação.

2.4 Medidas socioeducativas: caracterização, limites e possibilidades.

O termo Sistema Socioeducativo segundo a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SPDCA/SEDH-PR. 2004) refere-se ao conjunto de todas as medidas privativas de liberdade (internação e semiliberdade), as não privativas de liberdade (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade) e a internação provisória.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos consagrou inúmeros valores que passaram a serem adotados por diversos diplomas, sistemas e ordenamentos jurídicos: Liberdade, solidariedade, justiça social, honestidade, paz, responsabilidade e respeito à diversidade cultural, religiosa, étnico-racial,

de gênero e orientação sexual. Sua concretização pretende uma prática que, de fato, garanta a todo indivíduo seus direitos de pessoa humana.

No caso dos adolescentes sob medida socioeducativa, é necessário, igualmente, que todos esses valores sejam conhecidos e vivenciados durante o atendimento socioeducativo, superando-se práticas ainda corriqueiras que resumem o adolescente ao ato a ele atribuído. Assim, além de garantir acesso aos direitos e às condições dignas de vida, deve-se reconhecê-lo como sujeito pertencente a uma coletividade que também deve compartilhar tais valores (CONANDA, 2006, p.26).

O conjunto de ações socioeducativas tem como objetivo amparar o adolescente em conflito com a lei. Tais medidas devem contribuir para a sua formação. O objetivo é servir de suporte para o seu desenvolvimento a fim de que venha a exercer seu papel de cidadão autônomo, capaz de se relacionar consigo mesmo e com os outros, ao se integrar no meio em que vive sem reincidir na prática de atos infracionais. A perspectiva das medidas socioeducativas é o desenvolvimento da consciência cidadã, a capacidade de tomar decisões construtivas, à base de critérios fundamentados no meio social, relacionadas ao interesse próprio e ao bem-comum. O aprendizado com a experiência individual e coletiva, o desdobramento do potencial humano pela competência pessoal, cognitiva, relacional e produtiva.

As unidades de atendimento ao adolescente infrator de acordo com o SINASE (2006) devem oferecer a oportunidade de acesso aos direitos e atividades que possibilitem a superação de sua situação de exclusão, vislumbrando a formação, ou ressignificação, de valores úteis à sociedade, bem como o acesso à educação formal a fim de que possa participar na vida social, uma vez que as medidas socioeducativas têm dimensão jurídica, sancionatória, ética e pedagógica. Espera-se que a forma como o programa de atendimento socioeducativo organiza suas ações, a postura dos profissionais envolvidos, construída em bases éticas frente às situações do dia-a-dia, contribua para a construção de uma atitude positiva do adolescente.

A ação socioeducativa deve respeitar a fase de desenvolvimento sócio-psíquico do adolescente. Levar em consideração suas potencialidades, sua

subjetividade, suas capacidades e suas limitações. Isto garante a personalização de seu acompanhamento.

O Plano Individual de Atendimento (PIA) “é um instrumento pedagógico fundamental para garantir a equidade no processo de cumprimento da medida socioeducativa.” (SINASE, item 6.1). Do ponto de vista operacional constitui-se em “uma importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento de sua medida socioeducativa.” (SINASE, item 6.2.2)

As medidas são aplicadas em equivalência à gravidade da infração, levando em conta a sua idade e convivência sócio-familiar e a disponibilidade de programas e serviços oferecidos em nível municipal, regional e estadual. As ações punitivas, acompanhadas das ações educativas se associam ao sentido de proteção integral. Devem oportunizar o acesso à formação e à informação. Tais ações devem constituir-se em suporte ao adolescente a fim de que tenha como superar sua condição de exclusão. A participação da família e da comunidade está prevista, mesmo no caso de privação de liberdade, postas em prática por meio de atividades externas realizadas pelo adolescente infrator.

São previstos também os aspectos de segurança. Como medida de proteção à vida dos adolescentes e dos profissionais da Unidade de Atendimento, observam-se as instalações e as formas de contenção do adolescente sem violência. Um fator importante descrito no SINASE é a delimitação do número de adolescentes por Unidade de Internação. Este item visa prover ao adolescente nível personalizado de atenção, obedecendo às diretrizes do Sistema de Garantia e Defesa de Direitos.

Cada Unidade deve ter até quarenta (40) adolescentes, conforme a resolução nº 46/96 do CONANDA, sendo constituída de espaços residenciais, denominados de módulos (estruturas físicas que compõem uma Unidade), com capacidade não superior a quinze (15) adolescentes. (SINASE, p. 51).

Considera-se como Unidade de Internação, “o espaço arquitetônico que unifica, concentra e integra o atendimento ao adolescente, dotada de autonomia técnica e administrativa, com quadro próprio de pessoal para o

desenvolvimento do programa de atendimento e um projeto pedagógico específico” (SINASE, p.51).

O grupo de funcionários deve, obrigatoriamente, ter formação nas áreas de atuação na UI, mesmo os voluntários. Neste sentido diz o SINASE

É imprescindível a composição de um corpo técnico que tenha conhecimento específico na área de atuação profissional e, sobretudo, conhecimento teórico-prático em relação à especificidade do trabalho a ser desenvolvido. Sendo assim, os programas socioeducativos devem contar com uma equipe multiprofissional com perfil capaz de acolher e acompanhar os adolescentes e suas famílias em suas demandas bem como atender aos funcionários; com habilidade de acessar a rede de atendimento pública e comunitária para atender casos de violação, promoção e garantia de direitos. (SINASE, item 6.2.4)

As diferentes áreas de formação dos profissionais se complementam no atendimento integral dos adolescentes:

- a psicologia;
- a terapia ocupacional;
- o serviço social;
- a pedagogia;
- a antropologia;
- a sociologia;
- a filosofia; e
- áreas afins que possam agregar conhecimento no campo do

atendimento das medidas socioeducativas. (SINASE p.62, 2012)

Quanto à observância dos direitos humanos o SINASE (BRASIL, 1999) afirma que:

As entidades e/ou programas de atendimento socioeducativo deverão oferecer e garantir o acesso aos programas públicos e comunitários de acordo com a modalidade de atendimento: escolarização formal; atividades desportivas, culturais e de lazer com regularidade e frequência, dentro e fora dos programas de atendimento; assistência religiosa; atendimento de saúde na rede pública, atendimento odontológico; cuidados farmacêuticos; inclusão em atendimento à saúde mental aos adolescentes que dele necessitem, preferencialmente na rede SUS extra-hospitalar; à saúde reprodutiva e sexual, ao tratamento de doenças crônicas e cuidados especiais à saúde;

inserção em atividades profissionalizantes e inclusão no mercado de trabalho, inclusive para os adolescentes com deficiência em conformidade com o Decreto N° 3.298 de 20 de dezembro de 1999. (SINASE, item 6.2.3, p.52)

As ações socioeducativas estão organizadas pelos seguintes eixos estratégicos:

- suporte institucional e pedagógico;
- diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual;
- cultura, esporte e lazer;
- saúde;
- escola;
- profissionalização, trabalho e previdência;
- abordagem familiar e comunitária; e
- segurança.

Como podemos observar a medida socioeducativa de internação visa a ressocialização do infrator, buscando assim que o mesmo tenha condições de retornar ao convívio em sociedade de forma digna, tentando mostrar-lhes as consequências de seus atos e refletindo do seu futuro e assegurando-lhes de forma digna a reinserção na sociedade para isso contam com grande de suporte que vai desde o acompanhamento psicossocial ao pedagógico.

3 APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

*“Quem disse que o educador não tem a responsabilidade de ensinar,
é demagogo ou mente ou é incompetente...
mas a questão é saber
se o ato de ensinar acaba por si só
ou, se pelo contrário, o ato de ensinar
é apenas um momento fundamental da aprendizagem...”
(Paulo Freire)*

A EJA, nos Centros Educacionais, com mais razão, deve apostar/investir na construção de valores que atendam os interesses dos jovens ainda mais se estes jovens cumprem alguma medida socioeducativa. A educação visa a formação integral do sujeito, em como sua emancipação frente às exigências da sociedade.

Para tanto é mister compreender o processo de aprendizagem, como se dá e quais são as dificuldades que permeiam esse processo, devemos conhecer quem são os alunos da educação de jovens e adultos das medidas socioeducativas.

3.1 Dificuldades de aprendizagem sob aspectos psicológicos

A área da educação nem sempre é cercada somente por sucessos e aprovações. Muitas vezes, no decorrer do ensino, nos deparamos com problemas que deixam os alunos paralisados diante do processo de aprendizagem, assim são rotulados pela própria família professores e colegas. Nas medidas socioeducativas o processo não é diferente, as dificuldades são as mesmas e ainda se agravam ao se agregarem a uma série de outros fatores a que citaremos com mais profundidade no decorrer deste trabalho.

Aurélio (2006) define o termo “aprendizado” como o “ato, processo ou efeito de aprender”, o que supõe as condições de aprendizagem e o tempo durante o qual se aprende. Podemos dizer que aprendizagem é um processo que se diferencia de funções inatas, tal como a capacidade de digestão, por exemplo, que já nasce com o indivíduo, e dos processos de maturação do organismo, independente da informação do ambiente, a maturação sexual, por exemplo. De modo geral, o aprendizado está ligado a fatores psicossociais e à

forma como é conduzido. A este respeito explicita Oliveira (1992) sobre a aprendizagem para Vygotsky:

(...) aprendizagem sempre inclui relações entre pessoas. Ele defende a ideia de que não há um desenvolvimento pronto e previsto dentro de nós que vai se atualizando conforme o tempo passa. O desenvolvimento é pensado como um processo, onde estão presentes a maturação do organismo, o contato com a cultura produzida pela humanidade e as relações sociais que permitem a aprendizagem. Ou seja, o desenvolvimento é um processo que se dá de dentro para fora.

É possível compreender que a aprendizagem se dá num processo de interação do indivíduo com o mundo que o cerca, o que torna o processo contínuo e inacabado, pois vai do nascimento até a morte. Assim o processo de desenvolvimento humano estabelece uma espécie de amalgama com a aprendizagem, num movimento constante e dialético.

As dificuldades de aprendizagem podem ser explicadas pelas limitações dos sujeitos em processar ou utilizar, corretamente, as informações que recebem do meio, mostrando-se como 'incapazes' de aprender, de compreender, de ler, escrever, calcular, de conservar, reunir, ordenar, classificar, abstrair, etc.

Essas dificuldades podem advir de fatores orgânicos ou mesmo emocionais é importante que sejam descobertas a fim de auxiliar o desenvolvimento educativo, percebendo se estão associadas à preguiça, cansaço, sono, tristeza, agitação, desordem, dentre outros fatores que também desmotivam o aprendiz.

É necessário que todos os envolvidos no processo educativo estejam atentos a essas dificuldades, observando se são momentâneas ou se persistem há algum tempo, no caso dos internos (alunos) das medidas socioeducativas em sua maioria pouco frequentaram a escola regular e desses ainda, poucos chegam alfabetizados, ou seja, a grande maioria dos adolescentes vão ser alfabetizados ao ingressarem nos centros educacionais, é nesse momento que se pode observar com nitidez essas diversas dificuldades.

Os professores podem ser os mais importantes no processo de identificação e descoberta desses problemas, porém não possuem formação

específica para fazer tais diagnósticos, que devem ser feitos por médicos, psicólogos e psicopedagogos. O papel do professor se detém em observar e auxiliar o seu processo de aprendizagem, tornando as aulas mais dinâmicas, motivando os alunos e não rotulando, mas dando-lhe oportunidade para descobrir suas potencialidades.

Para Strick e Smith (2001), “as dificuldades de aprendizagem refere-se não a um único distúrbio, mas a uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico”. As dificuldades são definidas como problemas que interferem no domínio de habilidades escolares básicas, e elas só podem ser formalmente identificadas até que se comece a ter problemas na escola. Qualquer pessoa pode apresentar dificuldades de aprendizagem o que não quer dizer que ela não é suficientemente inteligente, mas enfrenta muitos obstáculos na instituição educativa.

A dificuldade mais conhecida e que vem tendo grande repercussão na atualidade é a **dislexia** que é a dificuldade na leitura, impedindo o aluno de ser fluente, pois faz trocas ou omissões de letras, inverte sílabas, apresenta leitura lenta e salta linhas ao ler.

Segundo Garcia (1998 p.32).

A dislexia é um transtorno que se manifesta pela presença de um déficit no desenvolvimento do reconhecimento e compreensão dos textos escritos, não sendo devido a deficiência mental, inadequada ou escassa escolarização, déficit visual ou auditivo, nem a problemas neurológicos. Trata-se assim de um transtorno do desenvolvimento da leitura.

Embora este fator só possa ser comprovado através de testes, exames com profissionais da área de psicopedagogia e psicologia, os professores podem e devem identificar tais dificuldades devendo relatá-las e enviá-las a um profissional, pois como já dissemos, só o profissional da área pode atestar.

A **disgrafia** normalmente está associada à dislexia, porque se o aluno faz trocas e inversões de letras, conseqüentemente encontra dificuldade na escrita. Além disso, está associada a mal traçadas e ilegíveis, letras muito próximas e desorganizadas, podendo se estender a outro problema: A **disortografia** que é a troca de grafemas, desmotivação para escrever,

aglutinação ou separação indevida das palavras, falta de percepção e compreensão dos sinais de pontuação e acentuação.

A **discalculia**: É a dificuldade para cálculos e números, de um modo geral os portadores não identificam os sinais às quatro operações e não sabem usá-lo, não entendem enunciados de problemas, não conseguem quantificar ou fazer comparações lógicas e sequenciar coisas. Este é um dos mais sérios, porém ainda pouco conhecido.

Dislalia É a dificuldade na emissão da fala, apresenta pronuncia inadequada das palavras, com trocas de fonemas e sons errados, tornando-as confusas. Manifesta-se mais em pessoas com problemas no palato, flacidez na língua ou lábio leporino.

TDAH – Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade é um problema de ordem neurológica, que traz consigo sinais evidentes de inquietude, desatenção, falta de concentração e impulsividade. Hoje em dia é muito comum vermos crianças e adolescentes sendo rotulados como DDA (Distúrbio de déficit de atenção), porque apresentam alguma agitação, nervosismo e inquietação, fatores que podem advir de causas emocionais.

As inúmeras definições sobre dificuldade de aprendizagem não possibilitam um conceito único, no entanto, diversos autores como Fonseca (1995), García (1998), Sisto (2001) e Smith e Strick (2001) concordam e adotam a definição do National Joint Committee of Learning Disabilities (NJCLD, 1998), por considerarem-na mais consensual.

Dificuldades de Aprendizagem (DA) é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de transtornos que se manifestam por dificuldades significativas na aquisição e uso da escrita, escuta, fala, leitura, raciocínio ou habilidades matemáticas. Esses transtornos são intrínsecos ao indivíduo, supondo-se devido à disfunção do sistema nervoso central, e podem ocorrer ao longo do ciclo vital. “Podem existir, junto com as dificuldades de aprendizagem, problemas nas condutas de autorregulação, percepção e interação social, mas não constituem por si próprias, uma dificuldade de aprendizagem”. (NJCLD apud GARCÍA, 1998, P.31).

O termo dificuldade de aprendizagem não se refere a um único fator, como em citamos a cima, mas a múltiplos problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico. A dificuldade pode ser específica,

quando apresentada dificuldade na leitura, ou pode ser geral, quando apresentado um aprendizado mais lento que o normal. As dificuldades de aprendizagem não podem ser atribuídas a um único fator. Drauet (1997) apresenta-nos “as principais causas das dificuldades de aprendizagem e de ajustamento escolar: causas físicas, sensoriais, neurológicas, emocionais, intelectuais e cognitivas, educacionais e socioeconômicas”. Como cita Souza (1996) colocando que “os fatores relacionados ao sucesso e ao fracasso acadêmico se dividem em três variáveis interligadas, denominadas de ambiental, psicológica e metodológica”. O contexto ambiental engloba fatores relativos ao nível socioeconômico e suas relações com ocupação dos pais, número de filhos, escolaridade dos pais, etc. Esse contexto é o mais amplo em que vive o indivíduo.

O contexto psicológico refere-se aos fatores envolvidos na organização familiar, ordem de nascimento dos filhos, nível de expectativa, etc., e as relações desses fatores são respostas como ansiedade, agressão, autoestima, atitudes de desatenção, isolamento, não concentração. O contexto metodológico engloba o que é ensinado nas escolas e sua relação com valores como pertinência e significado, com o fator professor e com o processo de avaliação em suas várias acepções e modalidades.

Muitas dessas dificuldades de aprendizagem estão presentes nas escolas dos centros de medidas socioeducativas, além de outros fatores físicos e organizacionais que também atrapalham o aluno no seu processo de construção do conhecimento, é importante respeitar a realidade dos socioeducandos dessa forma é preciso ter sensibilidade e responsabilidade, pois se trata de uma clientela especial, são jovens que necessitam de maior atenção por se encontrarem a margem da sociedade.

Por tanto, Aprender e não aprender depende de um conjunto que envolve aprendiz; professor, matéria de ensino, matriz social e avaliação com fatores que se interligam, dinamizando aspectos subjetivos dos aprendentes e dos ensinantes além dos fatores objetivos do contexto familiar e educacional escolar, incluindo-se nestes os pedagógicos e as relações que se estabelecem

entre pessoas e com os objetos do saber. Por fim elegemos Scoz (1994)², por considerar que sintetiza a mensagem que tentamos compartilhar:

(...) os problemas de aprendizagem não são restringíveis nem a causas físicas ou psicológicas, nem a análises das conjunturas sociais. É preciso compreendê-los a partir de um enfoque multidimensional, que amalgame fatores orgânicos, cognitivos, afetivos, sociais e pedagógicos, percebidos dentro das articulações sociais. Tanto quanto possível, a análise, as ações sobre os problemas de aprendizagem devem inserir-se num movimento mais amplo de luta pela transformação da sociedade (p.22).

3.2A EJA nas medidas socioeducativas.

No CECAL a EJA acontece da seguinte forma alfabetização, primeira e segunda séries correspondem a EJA I, terceira, quarta e quinta séries correspondem a EJA II, assim compondo o primeiro segmento, o segundo segmento EJA III e IV representa o fundamental II, e ainda é oferecido ensino médio, essa modalidade de ensino acontece nos turnos manhã e tarde totalizando 12 salas de aulas funcionando diariamente.

Para entender os pressupostos dessa educação o conceito da EJA deve ser ampliado e enfatizado dentro do contexto da ressocialização.

Segundo a Declaração de Hamburgo – (UNESCO, 1997 p.19.) “A EJA é um poderoso argumento em favor da democracia, da justiça, da igualdade, do desenvolvimento socioeconômico e científico”. Essa educação visa minimizar o processo histórico excludente do Brasil, a qual milhares de pessoas vivenciaram e ainda vivenciam nos dias de hoje.

O parecer 11/2000 da Câmara de Educação Básica a EJA é considerada mais que um direito, “é a porta de entrada para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, que vai se impondo cada vez mais nesses tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos”. (BRASIL, 2000, p.10)

Antes de tudo é necessário saber quem são os alunos da EJA dos centros educacionais. Podemos dizer que são adolescentes que vieram das áreas periféricas de todo país.

Estudos e pesquisas aparecem frequentemente nos noticiários nacionais, denominado que a criança e adolescente no Brasil, e não só aqui, representam a parcela da população mais exposta às violações de direitos, começando pela família, passando pela sociedade e pelo Estado, dado este que é inverso ao que é priorizado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). São vítimas de maus tratos, abusos, exploração, fome, prisão arbitrária, mendicância, conduta infracional e envolvimento com drogas ilícitas, dessa forma compõem o cenário por onde estão algumas crianças e adolescentes brasileiros, uma categoria que pode estar em situação de risco pessoal e social.

É bem sabido que todos têm direito a educação, mas infelizmente grande parte da população não tem acesso, ou seja, foram historicamente excluídos do processo educativo o que de fato ocasiona uma disparidade social.

Os jovens – adultos populares não são acidentados ocasionais que gratuitamente abandonaram a escola. Esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos. Histórias que são coletivas as mesmas vivenciadas por seus pais e avós, por sua raça, gênero, etnia e classe social. (ARROYO, 2005, p.25)

No contexto citado acima podemos enfatizar que a EJA esta direcionada a classe popular e que trás como perspectiva uma transformação sociocultural mesmo que marcada pela ausência ou descomprometimento de políticas publicas efetivas.

Esta educação atende pessoas que não tiveram a oportunidade ou possibilidade de concluir sua escolaridade. É por tanto, uma modalidade de ensino no âmbito da educação básica preceituada na legislação nacional. Conforme Saviani (1976) apud Vieira e Albuquerque (2001), só podemos entender o real significado da legislação se analisarmos ela nas suas entrelinhas e analisar seu contexto. A legislação educacional sofre

interferências históricas do contexto em que está inserida e seu papel se subordina às demandas de cada época.

Na escola de EJA estão os jovens reais, os jovens aos quais o sistema educacional tem dado as costas. Percebê-los significa a possibilidade de dar viabilidade a esse expressivo grupo que tem direito a educação e contribuir para a busca de resposta a uma realidade cada vez mais aguda e representativa de problemas que habitam o sistema educacional brasileiro como um todo. (ANDRADE, 2004, p. 45).

Com a constituição de 1988 um novo debate a cerca da educação de jovens e adultos ganha espaço no cenário brasileiro, o discurso de inclusão social busca o acesso a permanência e a aprendizagem escolar, no entanto as mudanças significativas só se concretizam com a LDB de 1996 que disciplina a EJA:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996)

A educação então deve contribuir para uma formação mais abrangente que possibilite o homem sair da sua singularidade buscando uma visão holística da realidade em vive e desta forma se apropriar do patrimônio material e espiritual acumulado historicamente pela humanidade que envolve jovens e adultos em seu processo formativo.

Segundo Gramsci (2000) a educação tem indubitável importância social, pois trata-se de um aparelho ideológico que interfere na organização política e nos vários aspectos inclusive econômico e preciso que se busque uma concepção de uma escola transformadora superando os modelos de “escola tradicional” voltada apenas para a profissionalização preocupadas somente em atender as funções produtivas da sociedade moderna.

Faz-se necessário entender a educação de jovens e adultos como uma educação que vise o pleno desenvolvimento do indivíduo e não apenas uma educação assistencialista que nasce nas políticas imediatistas que mascaram a realidade e ressaltam exacerbadamente a formação profissional.

Neste contexto é de grande relevância discutir e refletir a prática pedagógica, pois a educação desses jovens não pode se dar de qualquer forma, nem tão pouco deve se pautar na educação tradicional, não se trata de transmissão de saberes, de uma educação bancária e domesticadora.

O processo educativo é um método formativo, onde a interiorização de valores por cada estudante adquire um valor decisivo, não menos importante que a aprendizagem conceitual, ou seja, estamos falando de uma formação que esta para além dos conteúdos escolares, de uma formação ontológica, na construção de valores que atenda realmente os interesses desses jovens.

É preciso olhar com sensibilidade o sistema de medidas socioeducativas, que tipo educação vem sendo ofertado a estes jovens que estão privados de liberdade? Por que não oferecer uma educação digna que desenvolva suas potencialidades? Esta educação de fato ressocializa o jovem? Não querendo aprofundar-se a esses questionamentos, mas é preciso fazer

uma reflexão sobre essa educação bem como sua eficiência no sentido amplo da palavra.

Para Vygotsky (2004) o desenvolvimento do homem está intrinsecamente ligado à história da sociedade sendo estes indissociáveis, assim o processo de apropriação do conhecimento se dá na relação que o sujeito estabelece com o mundo de maneira interativa num processo dinâmico e dialético, ou seja, é no contato com os adultos que os processos psicológicos mais complexos vão ganhando forma.

Ainda segundo o autor é através da ação pedagógica que ocorrerá o processo de construção dos aspectos cognitivos dos alunos. É importante compreender que pedagogia está diretamente ligada à escola, pois é através dela que o saber é propagado. Segundo Vigotsky (2004, p.1):

Como ciência da educação, a pedagogia precisa estabelecer com clareza e precisão como organizar essa ação (premeditada e organizada), que formas ela deve assumir, de que procedimentos lançar mão e em que sentido. Outra tarefa consiste em esclarecer para si mesma a que leis está sujeito o próprio desenvolvimento do organismo sobre o qual pretendemos agir. Em função disso, a pedagogia abrange, em essência, vários setores inteiramente particulares do conhecimento.

Outro fator que também influencia tanto no desenvolvimento quanto na aprendizagem é destacado por Dantas (1992) ao citar Wallon traz para o centro da discussão a questão da afetividade, para este autor o sujeito é puramente afeto, assim o ser humano não conseguiria viver sem o contato com os outros, ou seja, toda atividade que envolva a emoção trabalha lado a lado com o social e o biológico, assim a vida é marcada por fatores cognitivos e afetivos sob esse aspecto a família exerce papel de suma importância, pois atua na manutenção da ordem social, na reprodução biológica e na reprodução da estrutura e das relações sociais.

A escola é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, onde um convívio harmonioso deve ser capaz de garantir o respeito aos Direitos Humanos e educar a todos no sentido de evitar as manifestações da violência.

A implementação do SINASE objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos. Persegue, ainda, a ideia dos alinhamentos conceitual,

estratégico e operacional, estruturado, principalmente, em bases éticas e pedagógicas.

Por tanto a educação deve ser o elo principal entre o interno e o meio, devendo, pois ultrapassar os muros, as barreiras físicas e principalmente os entraves sociais e formar cidadãos críticos, autônomos, conscientes de seus direito e deveres e sua realidade social.

Dessa forma criam-se verdadeiramente oportunidades para o seu reingresso na sociedade.

3.3 Alfabetização e letramento “concepções e métodos” na realidade das medidas socioeducativas.

Para falarmos de alfabetização e letramento é preciso ter clareza quanto aos seus conceitos mesmo sabendo que estes não são e não podem ser dicotomizados. Para (Soares, 2004, p.16) a alfabetização é:

Um processo de representação de fonemas em grafemas (escrever) e de grafemas em fonemas (ler) [...] Sem duvidas a alfabetização é um processo de representação de fonemas e grafemas, e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito. Não se considera alfabetizada uma pessoa que fosse apenas capaz de decodificar símbolos sonoros, lendo, por exemplo, sílabas ou palavras isoladas, como também não se consideraria alfabetizada uma pessoa incapaz de, por exemplo, usar inadequadamente o sistema ortográfico de sua língua, ao expressar-se por escrito.

O papel da alfabetização até os dias atuais, segundo relatório da UNESCO (2005, p.15):

(...) uma pessoa é funcionalmente alfabetizada quando pode fazer parte de todas as atividades nas quais a alfabetização é necessária para o funcionamento de seu grupo, comunidade e também para tornar possível, que ela continue a usar a leitura, a escrita a aritmética para seu próprio desenvolvimento de sua comunidade.

Muitas pessoas que sabem assinar o nome e apenas conseguem ler algumas palavras soltas, não podem ser consideradas alfabetizadas, dessa forma vários jovens que chegam ou saem das medidas socioeducativas, encontram-se na situação descrita acima, porém este mesmo jovem embora não alfabetizado pode ser letrado, para Vigotsky trata-se de um processo histórico de mutação é representação de instrumentos mediadores:

Representa também a causa da elaboração de formas mais sofisticadas do comportamento humano que são os chamados processos mentais superiores, tais como: Raciocínio lógico, memória ativa, resoluções de problemas etc.(VIGTSKY apud TFOUNI, 2004, p.21).

Os alunos não precisam primeiramente aprender a ler e escrever para depois usar a leitura e a escrita como pratica social. No cotidiano da sala de aula é importante a leitura viva, de livros, jornais, revistas, quadrinhos, bilhetes, cartas, historias entre outros. O processo de letramento na escola exige que o professor busque a interação constante e significativa dos alunos com a cultura letrada.

Ainda a esse respeito acrescenta Soares (2004) p.12.

Dissociar alfabetização de letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, da criança e também do adulto analfabeto no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas praticas sociais que envolvem a língua escrita.

Podemos dizer que alfabetização e letramento são dois processos de ensino que se complementam, apesar de diferentes, são simultâneos e indissociáveis. A alfabetização em seu sentido envolve situações didáticas específicas de apropriação do sistema e o letramento envolve a inserção e valoriza ao uso da cultura letrada.

A Psicolinguística considera a leitura como uma habilidade complexa, na qual intervém uma série de processos cognitivos linguísticos de distintos níveis, cujo início é um estímulo visual e cujo final deve ser a decodificação do mesmo e sua compreensão.

Os processos básicos da leitura são também chamados de “processos de nível inferior”. Sua finalidade é o reconhecimento e a compreensão das palavras. Dentro destes se encontram a decodificação e a compreensão de palavras. Já os “processos de nível superior” têm por finalidade a compreensão de textos.

Compreendemos que o processo de aquisição da leitura é indispensável nas sociedades letradas, sendo considerada uma condição para dar voz ativa aos cidadãos na medida em que auxilia na formação da consciência crítica. No entanto, é necessário preparar o leitor para torná-lo sujeito do ato de ler. Caso isso não ocorra, ele não desempenhará autonomamente a atividade de leitura e, por consequência, será um sujeito excluído nessa sociedade.

“Ler é compreender e que compreender é, sobretudo, um processo de construção de significados sobre o texto que pretendemos compreender. É um processo que envolve ativamente o leitor, à medida que a compreensão que realiza não deriva da recitação do conteúdo em questão. Ninguém gosta de fazer aquilo que é difícil demais, nem aquilo do qual não consegue extrair sentido” (SOLE, 1998, p. 44).

A esse respeito pode-se dizer que as pessoas que cultivem os hábitos de leitura e escrita devem responder aos apelos da cultura grafocêntrica, podendo inserir-se criticamente na sociedade, a aprendizagem da língua escrita deixa de ser uma questão estritamente pedagógica para alçar-se à esfera política, evidentemente pelo que representa o investimento na formação humana. Nas palavras de Emilia Ferreiro (1999), as dificuldades e fracassos na alfabetização a leitura e escrita constituem um problema que nenhum método conseguiu solucionar. Em suas obras, porém, ela não apresenta nenhum método pedagógico que deveria ser seguido pelos professores para alfabetizarem seus alunos, mas revela os processos de aprendizagem que são de grande relevância e podem servir como diretriz nas práticas educacionais.

Nesse caso, o professor tem papel fundamental, pois sabendo das expectativas do educando deve ampliar seus interesses mostrando que uma verdadeira aprendizagem exige muito mais que atenção às exposições feitas pelo professor e atividades mecanizadas de memorização.

Uma das principais razões para o fracasso escolar está na baixa autoestima, por essa razão deve-se estimular os alunos a desenvolverem sua autoconfiança. Se o aluno gosta de si mesmo e acredita, o processo educacional será mais significativo.

A esse respeito acrescenta Vigotsky (2005) em seu discurso a importância da motivação quando diz "*O interesse pela atividade é um importante ingrediente no processo de aprendizagem*". A falta de interesse por parte do aluno é muitas vezes provocada por ausência de métodos que motivem o aluno. Situações motivadoras despertam a curiosidade "*A motivação para aprender é sempre determinada em grande parte pelos valores que apoiam e justificam essa aprendizagem.*" Para que se desenvolva um estudo satisfatório e se obtenha melhores rendimentos na aprendizagem além de um clima favorável ao saber e a motivação que leve ao interesse do aluno é importante lembrar que o processo de ensino guarda semelhanças com a investigação, à prática por si só não gera um conhecimento é necessário uma explicação. A segunda etapa da divisão das metodologias e a parte expositiva onde o professor/mediador deve além de dominar o conteúdo expor de forma clara e objetiva, tornando estimulador do conhecimento prendendo assim a atenção do aluno.

Segundo COLELLO (2003), [...] é preciso considerar a reação do aprendiz em face da proposta pedagógica, muitas vezes autoritária, artificial e pouco significativa. Na dificuldade de lidar com a lógica do "aprenda primeiro para depois ver para que serve", muitos alunos parecem pouco convencidos a mobilizar os seus esforços cognitivos em benefício do aprender a ler e a escrever.

Segundo Brandão (1995) a educação está baseada em uma relação entre as pessoas e as intenções que as mesmas possuem em ensinar e aprender. Ela produz um conjunto de crenças e ideias que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que juntos constroem um tipo de sociedade, transformando-a através das ações e decisões tomadas pelos indivíduos.

Nessa perspectiva é que acreditamos no poder transformador da educação, pois através das relações construídas no seu processo ensino-aprendizagem as pessoas terão a possibilidade de reavaliar suas ações e valores, estabelecendo significados mais concretos.

4. “A PESQUISA SOB AS CONCEPÇÕES DOS SUJEITOS”: ESTUDO DE CASO

"Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda."

(Paulo Freire)

Este capítulo trata dos elementos metodológicos da pesquisa de campo através de um estudo de caso, Utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista estruturada com educandos e professores, As respostas foram analisadas de forma qualitativa e teve como objetivo expor a compreensão dos entrevistados acerca das dificuldades que permeiam o processo de alfabetização e letramento, também mostrando o trabalho realizado pelos professores e sua pratica metodológica.

4.1. Caracterização da pesquisa e do campo investigativo

O *lócus* da pesquisa foi o Centro de Medidas socioeducativas Aloísio Lorscheider - CECAL inaugurado no dia dezessete de dezembro de 2000, localizado na Rua. Ipaumirim, nº 830, Planalto Airton Sena, na área urbana periférica de Fortaleza-Ceará.

Trata-se de uma unidade de internação masculina para jovens adultos de 18 a 21 anos, autores de ato infracional de natureza grave, encaminhados por ordem judicial. Tem capacidade para 60 internos, mas já chegou a atender 187, ou seja, mais que o dobro de sua capacidade, atualmente estão cerca de 160 jovens, porém esse número é muito variável visto que estes entram e saem praticamente todos os dias.

Os internos estão divididos em sete blocos, onde cada bloco conta com dez dormitórios, o centro dispõe ainda de quadra poliesportiva coberta, campo, refeitório, lavanderia, sala de monitoramento, templo (espaço ecumênico), banheiros, sala de música, entre outras. Além do atendimento personalizado pela equipe técnica nas áreas sócio-psicológica, pedagógica, e de saúde, a

unidade disponibiliza oficinas profissionalizantes e salas de aula que funcionam nos turnos matutino e vespertino na modalidade de EJA, com conteúdo programático da rede oficial de ensino, por meio de convenio com a SEDUC.

O trabalho investe no fortalecimento dos vínculos relacionais, entre o jovem e a sua família e também na construção de valores fundamentais ao convívio social.

O eixo pedagógico busca uma parceria na educação profissionalizante, dessa forma reconhecendo a importância de ambas, existe um trabalho desenvolvido através de parceria firmada entre a STDS e a empresa Marisol, que instalou uma unidade produtiva dentro do centro educacional. Os internos passam por um teste de seleção, participam da capacitação e são contratados pela empresa como menor aprendiz, e tem todos os direitos trabalhistas garantidos.

Outros cursos como de tecelagem, marcenaria, hardware, também são ofertados, tapeçaria e vime.

A pesquisa ocorreu no mês de setembro no ano de 2012. Escolhemos como procedimento de pesquisa o estudo de caso, por ser um método qualitativo que objetiva aprofundar uma unidade individual. De acordo com Yin (2001, p.19):

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “porque”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

O estudo de caso possibilita a compreensão dos fenômenos individuais, assim como dos processos organizacionais e políticos da sociedade. Esse estudo é uma ferramenta que destaca a forma e os motivos que levaram a uma dada decisão. Conforme Yin (2001, p.33), “O estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas a coletas de dados e à análise de dados”.

Acreditamos que esse método seja útil quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo e o fenômeno não pode ser estudado fora do contexto onde ocorre naturalmente. Assim ocorre com nosso objeto, dada à

necessidade de analisar como se dá o processo de aprendizagem enfocando os processos de alfabetização e letramento dos alunos do primeiro segmento.

Utilizamos entrevistas estruturadas como forma de coleta de dados. Entrevistamos 3 adolescentes e 3 professores.

O roteiro de entrevista (em anexo) foi composto por sete perguntas. Dessa forma podemos perceber a concepção de cada um e posteriormente analisá-las, examinando as possíveis contradições entre elas.

4.2. Análises dos sujeitos investigados: “Professores e alunos”

Ao atuar na orientação pedagógica como coordenador do centro de medidas socioeducativa Dom Bosco, pude observar uma série de dificuldades no que se refere à evolução cognitiva de alguns dos adolescentes internos. Eles não conseguem assimilar os conteúdos ministrados pelos professores, não leem e nem escrevem. Evidentemente que não são todos, claro!

Porém, ficou evidenciado que aqueles que conseguem avançar, aumentam a sua alta-estima, passam a expressar-se oralmente com mais fluidez, elaboram rapidamente as tarefas que necessitam usar o raciocínio lógico, participam com satisfação das atividades lúdicas, culturais e esportivas e criam gosto para continuar estudando, alguns até, despontam como líderes nos grupos em que interagem. Entretanto, os que não conseguem crescer, unem-se a grupos com “espíritos” negativos aumentando de forma considerável sua já baixa auto-estima, passam a criar problemas indo de encontro às normas disciplinares internas passando a gerar situações conflituosas.

A medida socioeducativa de internação visa a ressocialização do infrator, buscando assim que o mesmo tenha condições de retornar ao convívio em sociedade com o mínimo de dignidade, tentando inseri-los porém não de qualquer forma, mas dando-lhes instrumentos que possibilitem competir entre iguais e nesse contexto mostrando-lhes a importância da alfabetização e como ela pode tornar-se um instrumento valioso para sua reinserção social.

Como forma de compreendermos a visão dos envolvidos no processo analisamos os dados, porém preservando a identidade dos sujeitos, desta forma estes foram identificados como A1 (Alfabetizando 1) A2 (Alfabetizando 2) e A3 (Alfabetizando 3) e P1, P2,P3 os (professores 1,2,3 respectivamente).

Assim, para uma melhor análise da pesquisa, os dados da entrevista (Anexos) foram organizados nas seguintes categorias: Quanto tempo está nas medidas socioeducativas, o que é alfabetização e se o mesmo se considera alfabetizado, como você avalia seu professor, o aprendizado faz relação a sua realidade, o que nas medidas socioeducativas é diferente da escola regular, quais as principais dificuldades de aprendizagem, as possíveis soluções, a EJA de alguma forma contribui para a ressocialização.

Os adolescentes entrevistados (alfabetizandos) encontram-se em níveis diferentes de alfabetização e os professores são pedagogos do primeiro segmento (alfabetizadores) da EJA I.

Por considerar o tempo de privação de liberdade um fator de grande relevância na vida do socioeducando perguntamos sobre o período que se encontram na unidade.

A1: *“Há 3 anos, já passei no São Miguel, Patativa e agora no CECAL e só vou sair em 2014 na copa é cadeia de mais pro nego”*

A2: *“2 anos e seis meses, aqui no Cecal só faz 8 meses”.*

A3: *“1 ano e nove meses no geral”.*

Constatamos que todos são reincidentes. Estes jovens pela a idade já deveriam estar alfabetizados, o que nos remete as seguintes indagações: porque não foram ainda alfabetizados? Por que não foram alfabetizados nas unidades egressas? Onde estão as falhas? São questionamentos que não só os professores precisam refletir mais todos os envolvidos no processo de ressocialização desses jovens.

Fizemos a mesma pergunta aos professores em relação ao tempo de atuação nas unidades bem como se foi oferecido em algum momento capacitação ou formação para sua função. Obtivemos as seguintes respostas:

P1: “Houve uma seleção em maio de 2012 onde fui aprovada e em menos de um mês já estava na unidade Cardeal Aloisio Lorscheider. Pela primeira vez trabalhando com adolescentes em conflito com a lei já estou com praticamente 6 meses de atuação, a priori não houve capacitação as informações gerais foram passadas pelas pedagogas (coordenadoras) e a aprendizagem se deu na lida diária com os adolescentes, a semana pedagógica que deveria ter acontecido antes do início das aulas só aconteceu 3 meses depois resumida em 2 dias “que a meu ver não foi bem uma capacitação”.

P2: “Estou no sistema há seis anos e assim eu já passei por varias capacitações cada uma diferente da outra, na minha opinião nos somos capacitadas no dia a dia, quando a gente abraça a causa, compreende o papel do que é ser educador”.

P3: “Há mais ou menos três anos, com um intervalo de seis meses, pois não passei na primeira seleção de maio de 2012, mas entrei na segunda e agora estou novamente na unidade há um mês e meio, portanto não participei da capacitação que houve em agosto desse ano mas já participei de outras que na verdade, são encontros pedagógicos de avaliação, vê o que melhorou, quais são as dificuldades, enfim saber a realidade das unidades”.

É possível perceber que não há uma capacitação eficiente, a fim de preparar o professor para a realidade das medidas socioeducativas, o que é altamente prejudicial, pois se trata de uma clientela especial, que necessita de um trabalho mais criterioso, de uma abordagem diferenciada que de fato atenda as expectativas dos sujeitos envolvidos para que alcance resultados significativos. Para Arce (2001, p.181):

O professor deste nível é aquele que ensina, que deve possuir competência (que supere a improvisação, o amadorismo e a mediocridade), tenha precisão, rigor filosófico e disciplina metodológica, criatividade e criticidade na forma de entender e

trabalhar o conhecimento conforme o contexto em que foi produzido.

A fim de conhecer a visão do aluno a cerca de seu processo educativo perguntamos: O que é alfabetização? Você se considera alfabetizado?

A1: “sou alfabetizado, sei fazer meu nome, não sei ler texto grande, mas sei ler placas, nomes das coisas, eu acho que alfabetização é o nego aprender essas coisas e saber fazer o nome, se não souber fazer o nome aí não é alfabetizado”.

A2: “Eu já estudei na liberta, sou alfabetizado, sei ler, só num sei quando tem umas letras difícil, com H e outras aí, mais o que eu acho mais difícil é escrever porque às vezes a gente ler de um jeito e escreve de outro e se escrever muito dói até a mão. Ser alfabetizado é saber ler e escrever.”.

A3: “Alfabetização é estudar as letras, fazer o nome, ter educação essas coisas, eu sou um pouco alfabetizado que eu sei fazer meu nome, às vezes eu leio umas palavras que a professora faz na sala”.

Os três se consideram alfabetizados e analisando as respostas fica evidenciado que ser alfabetizado representa para os mesmos saber assinar o nome, saber o alfabeto e ler ainda que sejam pequenas palavras. Essa concepção não é de toda errônea, porem não deve se restringir a um processo mecânico de memorização, como se assinar o próprio nome e ler pequenas frases sejam suficientes para classificar uma pessoa como alfabetizada. Este conceito deveria ser claro para os educandos, os professores devem ou “deveriam” explicar todo o processo, para ampliar a visão dos mesmos e para que tomem consciência de seu processo educacional.

De acordo com a pedagogia Libertadora, alfabetizar dispõe preparar para a democracia não pode significar somente converter o analfabeto em eleitor, condicionando-o às alternativas de um esquema de poder já existente. “Uma educação deve preparar, ao mesmo tempo, para um juízo crítico das alternativas propostas, e dar a possibilidade de escolher o próprio caminho”. (FREIRE, 2005, p.23).

Voltando a mesma questão para os professores, indagando também sobre os métodos utilizados pudemos observar em suas falas que:

“a alfabetização é vista como uma maneira de oportunizar a inserção na cultura letrada, bem como possibilitar o aluno usufruir dessa prática social. Ler e escrever não só no papel, mas também o mundo que o cerca”. Quanto aos métodos utilizados houve algumas divergências:

P1: *“Acredito que não devemos utilizar um método até porque não há método perfeito que abarque todos os propósitos educacionais, eu particularmente sou eclético, utilizo um pouco de Paulo Freire, do método global, o sintético, enfim uso meus próprios métodos aqueles que eu acredito serem melhores compreendidos pelos meus alunos, por isso faço um diagnóstico criterioso para escolher um método que melhor se adeque a turma”.*

P2: *“O professor precisa dosar, conhecer o aluno e suas dificuldades para saber que método será melhor compreendido pelo aluno, porém assumo que embora adepta do construtivismo, desconheço método mais eficaz que o tradicional (letras, alfabeto, sílabas e palavras) pode parecer mecânico, mas para mim é o que dá mais resultado, pois sabendo as famílias silábicas o aluno consegue ler qualquer palavra, posso ser mal interpretada, mas a maioria de nós foi alfabetizada assim, esse modelo de alfabetização está mais presente em nós do que nós pensamos”.*

P3: *“Sinceramente não me atendo a métodos talvez por essa razão seja difícil responder a essa questão, primeiro eu faço um diagnóstico individual através de vários testes, analiso e vejo o perfil da turma a partir daí começo a criar “estratégias de aprendizagem” que melhor estabeleça na relação ensino-aprendizagem. Para mim não há método mais importante do que falar a língua do aluno, tornando essa aprendizagem de fato significativa para ambas as partes”.*

Métodos usados por alfabetizadores que trabalham de maneira diferente são questionados; são apresentados os métodos sintético e analítico: o primeiro consiste no processo que sai das partes para o todo das palavras e no

qual as mesmas são inicialmente tratadas de forma mecânica; e o segundo trabalha com a visão geral e depois com as partes.

A questão dos métodos usados na alfabetização é complexa, pois o professor vai utilizar o método que melhor lhe convém, seja ele pautado no tradicionalismo ou no construtivismo. É de suma relevância o papel do professor como mediador, como reconhecedor das dificuldades que o aluno apresenta, pois somente o ensino tornar-se-á significativo quando o professor falar a língua do aluno compreendendo-o na sua especificidade e o ajudando a superar os entraves que por ventura possam aparecer.

A postura do professor, sua didática e metodologia são refletidas na aprendizagem de seus alunos, na qualidade, na eficiência, até mesmo em sua formação crítica de opiniões e valores. A esse respeito questionamos a postura do professor em sala de aula e a sua maneira de ensinar, assim obtivemos as seguintes respostas:

A1: *“A professora é mô limpeza, traz uns texto pro nego refletir da vida, conversa com a gente, dá umas ideias rocheda, só não gosto muito quando ela passa dever que a gente não sabe fazer”.*

A2: *“A professora sabe ensinar, mas eu acho que a gente aprende mais quando ela traz um filme aí a gente conversa do filme, o que entendeu da história, também é legal quando é pra montar palavras com as letrinhas, colar no caderno, mas o dever do livro o nego só faz mesmo em consideração a professora”.*

A3: *“Às vezes quando o elemento ta com problema, a cadeia tá pesando a mente fica conturbada vai pra sala de aula só pra não ficar trancado no bloco, a professora troca mô ideia, dá uns conselhos pede pra gente ir pro atendimento (psicóloga) passa uns dever mais fácil, ela ensina bem, nós é que num aprende”.*

Como vimos não há queixas quanto à postura dos professores, porem existe um ar de súplica em relação à metodologia, trazer sempre algo interessante, que instigue o aluno, promover debates sobre um filme, trabalhar um texto através de uma músicas, trabalhos de artes envolvendo a escrita e muitas

outras atividades que despertem o interesse e a participação ativa do educando e principalmente adequar os conteúdos do livro a realidade deles.

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe ser sujeito de sua própria história. (FREIRE, 2001, p.16)

Sobre os conteúdos vistos na sala de aula e sua adequação a realidade todos foram unânimes: “não tem nada a ver com a nossa realidade” como citam:

A1: *“Os livros tem uns dever difícil, que a gente não consegue fazer de jeito nenhum, a gente só faz quando a professora passa o dever no caderno que mais fácil”.*

A2: *“As letras do livro é diferente da que a gente escreve, tem hora que nó no crânio, tem uns dever mô paia que eu num sei pra quê a gente saber desses assuntos”.*

A3: *“Não tem nada a ver com a nossa realidade, um dia a gente tava fazendo um dever na sala, acho que era de geografia que perguntava sobre o lugar que a gente mora, o que a gente vê do caminho de casa ate a escola essas coisas, se o nego tá é preso como é que responde essas perguntas”.*

Para os educandos os livros estão fora do contexto vivenciado e esperado por eles, a letra, os assuntos abordados, talvez a forma de abordar os conteúdos. Acredito que além desses entraves e a falta de clareza quanto ao processo educativo, à falta de motivação é um dos grandes problemas nas instituições escolares sejam elas públicas, privadas ou de medidas socioeducativas. Segundo Vigotsky (2005, p.9) “O processo educativo é um método formativo, a interiorização dos valores adquirem um valor decisivo, não menos importante do que o da aprendizagem conceitual”. Ainda a esse respeito complementa “A motivação para aprender é sempre determinada em

grande parte pelos valores que apoiam e justificam essa aprendizagem”. A aprendizagem se torna mais significativa se o aluno compreende o processo, entende o porquê deve estudar determinado conteúdo permitindo o mesmo utilizar seus conhecimentos no seu dia a dia.

Dessa forma compreendemos que o livro didático é uma ferramenta fundamental na prática de ensino, mas não é a única. Existem outros meios que podem enriquecer a sua prática pedagógica, como a utilização de jogos e recursos multimídia, cujo objetivo seja contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes e reflexivos. A mediação e a qualidade das interações sociais dentro de sala de aula favorecem a um ato pedagógico que envolve o diálogo entre professores e alunos, contribuindo para uma cultura de interlocução nas salas de aulas.

A questão da adequação dos conteúdos a realidade dos educando também preocupa os professores, segundo os mesmos:

***P1:** “O livro que trabalhamos em sala de aula é padrão nas unidades, e com ele que devemos fazer o planejamento anual, embora nada nos impeça de trazer textos ou outros materiais de apoio, no entanto isso significa mais trabalho, e isso não interessante principalmente se esse trabalho não é reconhecido e muitas vezes esse ideal de inovação não é bem visto pelos nossos superiores”.*

***P2:** “Acredito que o livro didático deveria fazer menção a realidade dos alunos, o professor precisa quase sempre adaptar os conteúdos para que a aula possa fluir, ou seja, seguir o planejamento é quase utopia é necessário sempre criar novas estratégias, mas nem todos os professores se submetem a isso”.*

***P3:** “Temos um planejamento a seguir, os alunos sempre pedem um filme, uma música, atividades diferentes do livro, para eles qualquer coisa é melhor do que o conteúdo do livro, mas utilizar esses recursos com frequência é bem complicado, é como se o professor estivesse enrolando é não dando aula (existem muitos preconceitos na instituição a esse respeito) não há incentivo nenhum para que utilizemos novas mídias como recurso didático”.*

O que se percebe, é o distanciamento entre gestores e professores. Há uma falta de comunicação e de parceria, quando na verdade deveria haver uma relação de confiança e respeito mútuo entre os pares. A questão do conteúdo fora da realidade dos educandos é ratificada, embora alguns professores busquem novas estratégias e metodologias, e outros apenas sigam o cronograma do planejamento, porém entendemos que o planejamento do ensino precisa ser dotado de uma diretriz norteadora que assegure uma sequência lógica e continua dos conteúdos e atividades propostas, devendo ser flexível a mudanças, acréscimos e substituições sempre que preciso. Salientamos que um bom planejamento deve ser aquele que garanta uma ação educativa capaz de desenvolver as potencialidades de uma maneira crítica e reflexiva no processo de construção do saber.

A escola enquanto instituição social e democrática, responsável pela formação integral do ser, deve propiciar meios que contribuam e permitam o docente realizar seu trabalho de forma eficiente, utilizando para tal todos os recursos necessários ampliando a qualidade do ensino visando garantir melhores resultados.

Tentando fazer um paralelo, bem como avistar as diferenças da escola regular (liberdade) com a escola da unidade sob a ótica dos educandos, perguntamos: O que diferencia a escola regular das medidas socioeducativas.

As respostas foram praticamente idênticas, assim para representar as afirmações destacamos:

A1: "Na liberta o nego vai pra escola se quiser, pode levar o que quiser sair a hora que quiser. Aqui se o nego não descer pra sala de aula, não vai pro esporte e passa o dia todo trancado no bloco, não pode levar nada caderno, lápis, livro só pode usar na sala, e se fizer qualquer coisa vai pra tranca"

Compreendemos que a aprendizagem acontece sem torturas, respeitando o individuo como pessoa possuidora de direitos e deveres, que traz consigo uma historia, um saber adquirido ao logo de sua vida através de suas experiências. A escola deve ser um local de oportunidades, interação, que

possibilite trocas de saberes e neste sentido elaborando outros. Não devendo, portanto se resumir apenas em uma medida de caráter punitivo.

Para os professores essas diferenças são elencadas da seguinte forma:

“O espaço físico é humanizado, não há nenhum tipo de coerção, os professores contam com uma grande variedade de recursos didáticos, mídias é possível realizar aulas práticas, na escola regular o aluno pode trazer e levar seu material permitindo assim que ele possa em casa dar continuidade ao que foi trabalhado em sala, principalmente treinar a escrita que para os alunos que estão sendo alfabetizados é uma atividade que exige mais tempo”.

Em relação aos fatores que dificultam e atrapalham a aprendizagem, relataram:

A1: *“Como é que a gente estuda e num pode levar nem caderno, nem lápis, nem nada porque é proibido e se levar na tora (na marra) vai pra tranca, isso dificulta porque no outro dia a gente já esqueceu do que estudou”.*

A2: *“O que dificulta a aprendizagem é o livro, como é que a gente vai aprender essas coisas difícil, que num vai nem servir pra nada, era pra ter outras coisas pra nós, filmes, musica essas coisas”.*

A3: *“Como é que o nego aprende se qualquer coisinha vai pra tranca (castigo) de laranja (sem ter culpa) as vezes eu passo de 15 dias lá sem ir pra sala aí quando eu vou fico boiando nos assuntos”.*

Muitos são os fatores que dificultam a aprendizagem, a questão do livro didático mais uma vez aparece nos relatos, no entanto é preciso reconhecer que o livro didático é uma ferramenta fundamental na prática de ensino, mas não é a única. Existem outros meios que podem enriquecer a sua prática pedagógica, como a utilização de jogos e recursos multimídia, cujo objetivo seja contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes e reflexivos. A mediação e a qualidade das interações sociais dentro de sala de aula

favorecem a um ato pedagógico que envolve o diálogo entre professores e alunos, contribuindo para uma cultura de interlocução nas salas de aulas.

Ao direcionarmos a mesma pergunta aos professores obtivemos a síntese a seguir: O professor alfabetizador dentro da escola das medidas socioeducativas encontra grandes dificuldades para que seu trabalho tenha êxito, o maior deles é o espaço de tempo dentro da sala de aula e a grande rotatividade, pois praticamente todos os dias chegam e saem novos adolescentes, uns passam 30 dias, outros 3 meses então fica difícil manter a turma no mesmo ritmo e devido ao número de alunos não podemos individualizar o atendimento, visto que cada um tem suas dificuldades e especificidades, os livros didáticos.

Por fim perguntamos se a educação ofertada no centro de medidas socioeducativas CECAL de fato contribui para sua ressocialização?

A1: *“Ate que poderia contribuir, mas quando o nego chega lá fora pra arranjar um emprego dá é sono, porque ninguém quer dá oportunidade pra ex-presidiário, fica logo desconfiando do elemento”.*

A2: *“Eu acho que não, porque a gente precisa mesmo é trabalhar, ir pra escola na liberta é complicado, tem que correr atrás do ganha pão”.*

A3: *“Essa prisão que a gente tá, na verdade é a escola do crime, por que os elemento sai pior do que entra, aí vai depender da mente da pessoa mudar, querer sair do crime, se tivesse um acompanhamento quando a gente saísse daqui, um emprego um apoio, essas coisas, aí sim dava certo mas só a educação não resolve nada”.*

Segundo Pires e Formosinho (2001, p.27): “(...) é a sociedade que investe os seus membros na função educativa e os sanciona no respectivo exercício”. Isso se dá porque a educação vai ressaltar uma ação social, baseada no coletivo, e não em uma ação individual, daí ser ela a responsável por desenvolver a educação. A educação é uma prática social que contribui na construção histórica das pessoas através da ampliação do saber e da emancipação humana.

Através das respostas ficam evidentes as falhas do sistema sócio educativo, pois é muito difícil para o jovem se reestabelecer sozinho, sem um encaminhamento profissional, um acompanhamento social e psicológico, a sociedade cobra, julga, condenam os jovens que cumprem medidas, porém nada fazem para mudar este triste cenário, na verdade ninguém quer tomar essa responsabilidade para si.

Para o professor, a educação ofertada no CECAL contribui para a ressocialização em parte, pois devido às muitas dificuldades e pouquíssimos avanços, há certa barreira para que o educador sinta-se a vontade em facilitar o processo de construção de conhecimento desse aluno, porque como a realidade dos alunos privados de liberdade é diferente, tem que estar atento a vários fatores que acabam atrapalhando a sistemática, como sala supervisionada por agentes, distanciamento professor versus aluno e além das mudanças internas é preciso que haja um acompanhamento desse jovem ao reingressar na sociedade, como atendimento com psicólogos, encaminhamento para emprego e engajamento da família em programas sociais, ou seja, é preciso dar oportunidades para que esse jovem não regresse ao sistema de medidas socioeducativas.

Considerações finais

Considerando que a leitura e escrita desempenham um papel relevante no fortalecimento da cidadania e compreensão do mundo que o cerca, compreendemos que são também por meio delas que se podem buscar melhores posições no mercado de trabalho, assim como um entendimento mais profundo da vida em sociedade, à construção de uma personalidade mais crítica e, portanto, mais livre para que se busque a felicidade pretendida por todos.

Muitas circunstâncias de uso da leitura e da escrita podem ser favorecidas no contexto da sala de aula. Formar usuários autônomos da leitura e da escrita é papel da escola. Para isso, é fundamental que ela tome para si esta tarefa, principalmente na Educação de Jovens de Adultos, que é constituída por um público que geralmente foi privado do acesso à cultura letrada. Favorecendo um contexto de letramento o professor possibilita que os alunos ampliem seus conhecimentos, compreendam o mundo que os rodeia e sintam-se participantes dele. Mas para que esta prática seja efetiva e constante, se faz necessário algumas mudanças estratégicas no sentido de aproximar mais educador e educando, como acercar a realidade vivenciada pelo internos, utilizada como principal ferramenta de aprendizagem. Porém, a doação abnegada e sem restrições ainda é um dos preceitos fundamentais para a realização de um trabalho concreto.

Considerando-se as diversas causas que podem interferir no processo ensino-aprendizagem, investigar a metodologia abordada nas unidades de medidas socioeducativas é importante antes de se traçar o enfoque terapêutico, uma vez que o adolescente pode não apresentar o distúrbio de aprendizagem, mas apenas não se adaptar ou não conseguir aprender com determinada metodologia utilizada pelo professor.

As dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização de jovens e adultos são comuns, ainda mais se tratando de jovens privados de liberdade, qualquer pessoa pode apresentar algum distúrbio de aprendizagem, cujas limitações intrínsecas se manifestam através de déficits linguísticos, alteração no processamento auditivo e outros vários fatores que podem prejudicar significativamente o aprendizado da leitura e da escrita.

Uma educação formal desenvolvida pela escola tem como missão ultrapassar o senso comum, portanto um dos objetivos específicos: proporcionar ao aluno a aprendizagem de conhecimentos básicos que possibilitem seu desenvolvimento e o entendimento da realidade que o cerca.

Uma vez que a função social da Instituição Educacional é transmitir o conhecimento socialmente construindo o papel do professor é o de mediador entre o aluno e os conteúdos a ser aprendidos. O professor deve ter clareza dos objetivos de ensino e conhecer o que seus alunos já sabem para melhor organizar suas intervenções, criando condições para que os conteúdos sejam sistematizados e acompanhados no decorrer do processo ensino/aprendizagem.

Para que o professor ensine com responsabilidade e compromisso é necessário saber que a metodologia e as estratégias de ensino são elementos norteadores ao seu trabalho. O educador de sucesso precisa ter comprometimento político com o que faz. Compreendendo a sociedade em que vive, terá clareza daquilo com que está comprometida sua ação, trabalhando para que a sociedade se modifique. Ele também necessita conhecer bem o campo científico com o qual trabalha, para desempenhar com adequação sua atividade.

Enfatizar soluções que façam um diagnóstico no sentido de detectar as principais dificuldades, inclusive as citadas anteriormente deve ser o foco fundamental para que se realize um trabalho não apenas competente, mas realmente constante e que traga atrativos para o interesse do educando.

Os resultados do nosso estudo de caso apontam que existem diferentes concepções de alfabetização entre os sujeitos entrevistados, professores e alunos se posicionaram com conceitos próprios e divergentes até certo ponto, gerando assim certa ambiguidade.

Acreditamos que essas medidas podem contribuir significativamente para a construção de um ambiente favorável a práticas educativas transformadoras que contribuíram para a formação de cidadãos honestos e produtivos. Essas práticas só poderão existir se houver uma relação de confiança e responsabilidade mútua na construção de uma escola com um padrão educacional de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCE, A. (2001) **Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo**. Educação e Sociedade. nº 74, Campinas: Cedes.

ARROYO, Miguel González. **Educação de jovens e adultos: um campo de direito e de responsabilidade pública**. In. SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro e GOMES, Nilma Lino (orgs). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 39-59.

Boletim nº 06, maio 2007 (Salto para o Futuro).

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Ed. Brasiliense, São Paulo. 1995.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. **Código Penal**. 56 ed. São Paulo: Saraiva. 1998.

COLLARES, C. A. L. e MOYSÉS, M. A. A. **A História não Contada dos Distúrbios de Aprendizagem**. Cadernos CEDES nº 28, Campinas: Papyrus, 1993, pp.31-48.

CALLIGARIS, C. Adolescência. São Paulo; Publifolha, 2000.

CONANDA. **Sistema nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília, 2006. FREITAS, Maria Virgínia de. (Org.). **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: nov. 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecaacaoeducativa.org.br/dspace/bitstream/123456789/2344/1/caderno_Juv.pdf>. Acesso em: 5 set. 2012.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990**, Brasília, DF, Senado Federal.

Ferreiro, Emilia e Teberosky, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Ed.Artes médicas, 1999.

Fraser, Márcia Tourinho Dantas. “Delinquência Infanto-Juvenil e Culpa” ;

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação.** Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação como prática de liberdade: a sociedade brasileira em transição.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GARCIA, Regina Leite. **Construindo uma nova escola com os “especialistas”.** Prospectiva. Porto Alegre, 1987.

Garcia, J. N. (1998). **Manual de Dificuldades de Aprendizagem – Linguagem, Leitura, Escrita e Matemática.** Porto Alegre: Artmed Editora

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12. Os intelectuais. O princípio educativo. In: **Cadernos do Cárcere.** Trad. De Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000 a.

JOST, Maria Clara. **Por trás da máscara de ferro: as motivações do adolescente em conflito com a lei.** Bauru, SP: Educ, 2006.

LEONTIEV, Alexis...(et al.). **Psicologia e psicopedagogia: Bases Psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento.** São Paulo: Centauro, 2005.

McALISTER, A. **Juvenile violence in the Americas: innovative studies in research, diagnosis and prevention.** Pan American Health Organization, 1998.

NEVES, Iara Conceição Bitencourt (org.). **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas- 7ª edição-** Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

JÚNIOR, S. e RANGEL M. (Orgs.) **Nove olhares sobre a supervisão.** Campinas: Papirus, 2000.

OLIVEIRA, Carmem Silveira de. **Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade.** Porto Alegre: Sulina, 2001.

PAULA, Áureo Natal de. **Efeitos da reincidência de acordo com a doutrina** [on line]. Fev.2010 [publicado em maio de 2003], >disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4009>>. Acesso em: 24 de agos. de 2012.

PIRES, Eurico Lemos, Fernandes, A. Sousa, FORMOSINHO, João. **A construção social da educação escolar.** Lisboa, editora: ASA, 2001. Ed: 3º.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SCOZ, B. A psicopedagogia e a realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

SILVEIRA, Rita de Cassia Caldas da. **Adolescência e ato infracional**. Disponível em: < <http://www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/20092/rita-de-cassia-caldas-da-silveira.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.

SILVA, Helena Oliveira da; SILVA, Jailson de Souza e. **Análise da violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil**. São Paulo: Global; Brasília: Unicef, 2005

SILVEIRA, Rita de Cassia Caldas da. **Adolescência e ato infracional**. Disponível em: < <http://www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/20092/rita-de-cassia-caldas-da-silveira.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo **-SINASE/** Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 2ª ed. São Paulo, ed. Contexto, 2004.

SOUZA, E. M. **Problemas de aprendizagem – Crianças de 8 a 11 anos**. Bauru: EDUSC, 1996.

STRICK, C. e SMITH, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z – Um guia completo para pais e educadores**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

TAILLE, Yves de L., OLIVEIRA, M. K., DANTAS, H., Piaget, Vygotsky, Wallon: **Teorias psicogenéticas em discussão**. Pág. 23-36, São Paulo, ed. Summus, 1992

TEIXEIRA, Carlos José Pinheiro. **EJA e Educação Profissional**. BRASIL. MEC SEED

VOLPI, Mário (org) **O Adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 1997.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização
Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para professores
do Sistema Prisional

Anexo 1

Modelo de entrevista com adolescente

1. Identificação:

Nome:

Segmento educacional:

- 1) Quanto tempo está nas medidas socioeducativas?
- 2) O que é alfabetização? Você se considera alfabetizado?
- 3) Como você avalia seu professor (a)? Ele (a) sabe ensinar?
- 4) Os conteúdos vistos na sala de aula têm a ver com a sua realidade?
- 5) Na sua opinião o que tem de diferente da escola regular (da liberdade) com a escola da unidade?
- 6) Existe algum fator que dificulta sua aprendizagem? Cite quais são eles. Aponte as possíveis soluções.
- 7) A educação ofertada no Centro Educacional Aloísio Lorscheider – CECAL de alguma forma contribui para sua ressocialização?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização
Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para professores
do Sistema Prisional

Anexo 2

Modelo de entrevista com professor

2. Identificação:

Nome:

Segmento educacional:

- 1) Quanto tempo está nas medidas socioeducativas? Você passou por alguma capacitação?
- 2) Conceitue alfabetização. Que métodos você utiliza para alfabetizar?
- 3) Os conteúdos vistos na sala de aula têm a ver com a realidade?
- 4) Na sua opinião o que tem de diferente da escola regular (da liberdade) com a escola da unidade?
- 5) Existe algum fator que dificulta sua prática docente? Cite quais são eles. Aponte as possíveis soluções.
- 6) Ao detectar que o aluno apresenta dificuldades de aprendizagem
- 7) Em sua concepção a educação ofertada no Centro Educacional Aloísio Lorscheider – CECAL de alguma forma contribui para ressocialização dos adolescentes privados de liberdade?

Anexo 3

Fotos

